

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DAS
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA – CONDEFI

12/07/2017

Aos doze dias do mês de julho de 2017 na sede da UNIVERSIDADE PAULISTA - UNIP, situado na Rua Francisco Manoel, s/n, BLOCO 6 – 1º ANDAR – SALA 1 – Santos/SP, foi aberta a sexta reunião ordinária do CONDEFI, presidida pelo seu Presidente Sr. Luciano Marques, às 14:25 horas, com a seguinte ordem do dia: **1. Aprovação da ata da reunião ordinária do dia 14/06/2017; 2. Educação Inclusiva; 3. Reorganização das Comissões; 4. Assuntos Gerais.** O primeiro item da pauta que retrata sobre o novo Regimento Interno do **CONDEFI** foi excluído, pois a ata não ficou pronta a tempo. Ficando sua aprovação para próxima reunião. O segundo item foi iniciado com a explanação do Presidente sobre denúncias feitas ao **CONDEFI**, referente às questões educacionais na UME Carmelita, que voltou a ser período integral, o que foge da proposta de inclusão; outro fato foi referente a um adolescente surdo (16 anos) que sofreu maus tratos em uma unidade escolar e por fim um menor de 08 anos que devido a um surto de agressividade, teve que ser contido e a polícia foi acionada. Aproveitando o tema foi relatado, também, pelos conselheiros presentes sobre a função do professor mediador em sala de aula, o porquê da necessidade de se ter laudo para garantir o direito do aluno a este professor, se o procedimento não seria inconstitucional. Com a palavra aberta o conselheiro Daniel, que representa a Coordenadoria de Políticas para as Pessoas com Deficiência – COPED relatou que o caso do aluno surdo está sendo apurado pela Promotoria e a denúncia do menor de 08 anos foi descoberta através de uma postagem em redes sociais e que não se iniciou no dia a apuração dos fatos por falta de dados, mas já foi feito um Boletim de Ocorrência referente ao ocorrido. A conselheira Carla, representante da zona leste relatou que a UME Carmelita passou realmente para período de Educação Integral, porém com um período regular e outro com oficinas. Em relação aos professores mediadores, são administrados de acordo com a necessidade de cada escola, porém muitos, apesar de serem professores, encontram-se despreparados para atuar na função. Em seguida a chefe da Seção de Educação Especial – SEDESP, Célia Plaza, esclareceu os pontos levantados, em questão do mediador e disse que a função “virou a grande solução dos problemas”, quando na verdade o aluno é pertencente ao professor da sala regular. Continuando, disse que este ano está ocorrendo uma frente de formação com os professores de AEE, para que os mesmos se tornem agentes multiplicadores nas escolas e orientem e auxiliem os mediadores quando necessário. Existe também uma proposta mensal de formação para os mediadores e foi iniciado também um trabalho com as equipes gestoras da unidade escolar. Esclareceu que a proposta do professor mediador de inclusão escolar em Santos são para alunos com laudo de deficiência, que não possuem autonomia (nota técnica nº4). Alunos com problemas comportamentais não serão atendidos por mediadores. Relatou que hoje na rede encontram-se matriculados 996 alunos com laudo, 441 mediadores em 81 escolas e que este projeto existe em Santos antes da LBI. Em relação a UME Carmelita, Célia afirmou que aumentou sim o número de alunos, pelo fato da escola agora fazer parte do Projeto Escola Total, incluindo alunos sem deficiência. A representante da SEDESP comprometeu-se a averiguar a situação das matrículas do Carmelita. Enfatizou que toda e qualquer denúncia deverá vir com dados aprofundados e fundamentados. Por fim, no item relacionado à

Educação Inclusiva, o presidente Luciano ressaltou a importância da retomada do projeto **CONDEFI** nas ESCOLAS. O terceiro item da pauta, que tratava da reorganização das comissões temáticas, não pôde ser devidamente discutido por falta de representantes das comissões de Educação, Saúde, Assistência, Transporte, Acessibilidade, Jurídica e Esporte. Ao entrarmos no tema de assuntos gerais foi falado que as propostas deliberadas na Conferência serão novamente encaminhadas aos conselheiros. Foi solicitado pelo presidente, de acordo com documentação apresentada, um representante titular e um suplente para fazer parte da Comissão Intersetorial de Pesquisa e Execução de programas e Projetos. Nenhum conselheiro presente demonstrou interesse. Houve também a solicitação de um titular e um suplente para fazer parte da rede família. E por fim, orientou aos membros do CONDEFI que pensem em um novo formato para 8ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Sem mais nada a tratar a reunião foi encerrada as 17h e eu Carla Heilmann redijo e assino a presente ata.

LUCIANO MARQUES DE SOUZA
PRESIDENTE

CARLA HEILMANN
CONSELHEIRA TITULAR